

A. I. Nº - 110424.0005/06-0
AUTUADO - CEREALISTA CASTRO LTDA.
AUTUANTE - LAIRA AZEVEDO SANTANA LEAL
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 01. 11 2006

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0322-04/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. USUÁRIO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. ENTREGA COM OMISSÃO DOS REGISTROS TIPO 54, 60 e 75. MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DAS OPERAÇÕES REALIZADAS. Descumprimento de obrigação acessória. A legislação estabelece aplicação da multa de 1% sobre o valor das operações realizadas. Rejeitado o pedido de diligência. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 26/06/2006, para aplicar a multa no valor R\$ 142.577,90, por ter deixado de fornecer arquivos magnéticos, exigidos mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas. Consta ainda da acusação que o autuado deixou de apresentar os arquivos magnéticos com os registros 54, 60 e 75, apesar de devidamente intimado dando um prazo de 30m(trinta) dias para regularizar, fazendo uma comunicação que seria praticamente impossível a confecção dos arquivos.

O autuado apresentou defesa, fls. 30/35, impugnando o lançamento tributário alegando que a ausência dos registros 54, 60 e 75 não caracteriza a falta de entrega dos arquivos como exige o art. 42, XIII-A, “g”, da Lei 7.014/96, e sim a entrega com omissão dos citados registros, cujos dados a fiscalização pode obter, em outra formatação, em outros registros, bem como da documentação da empresas que foi arrecadada.

Aduz que o dispositivo acima citado prevê a sanção de 1% sobre as saídas quando não se é possível identificar, mediante arquivos magnéticos, a totalidade das operações de entrada e de saída e das prestações de serviços tomadas ou realizadas, seja em razão da falta dos arquivos, seja pela existência dos mesmos sem condições de leitura.

Requer a redução da multa, se ultrapassada a improcedência da autuação, para R\$50,00 por exercício, prevalecendo o caráter educativo da sanção, com base no art. 42, § 7º, da Lei 7.014/96, conforme já decidiu o CONSEF em casos análogos, transcrevendo ementa do Acórdão CJF nº 0241-12/04 e nº 0111-12/05.

Ao finalizar, requer a realização de diligência, improcedência da autuação ou a procedência em parte.

A autuante, às fls. 60/61, ao prestarem a informação fiscal, ressalta que o autuado apresentou arquivos magnéticos sem os registros 54, 60 e 75, contrariando o disposto nos artigos 686, §§ 5º e 6º e 708 do RICMS/97, logo, em desacordo com o Convênio ICMS 57/95.

Salienta que o autuado foi devidamente intimado para apresentar com as devidas correções, na primeira vez dando um prazo de cinco dias e pela segunda vez, com prazo de trinta dias para regularizar seus arquivos. Vencido o último prazo, não regularizou e apresentou, conforme folhas 09 e 10, um comunicado confessando sua falha e dizendo ser “praticamente impossível” a confecção dos arquivos.

Destaca que o autuado exerce a atividade de supermercado e que as entradas são na sua maior parte transferência e que não apresenta os arquivos magnéticos conforme determina a legislação, é claro que embaraça a fiscalização não permitindo que se aplique os roteiros de fiscalização com, por exemplo, o roteiro de estoque. Portanto, houve prejuízo da fiscalização e o autuado terá que arcar com as consequências previstas na legislação.

Ao finalizar, opinam pela manutenção da autuação.

VOTO

Analisando os elementos que instruem o PAF, constatei que a auditora aplicou a multa de 1%, por ter o autuado deixado de apresentar os arquivos magnéticos com os registros 54, 60 e 75, apesar de devidamente intimado dando um prazo de 30m(trinta) dias para regularizar, fazendo uma comunicação que seria praticamente impossível a confecção dos arquivos.

Inicialmente não acato o pedido de diligência formulado pelo autuado, pois os elementos constantes nos autos são suficientes para formação de minha convicção em relação a presente lide.

Na presente lide restou comprovado e até mesmo reconhecido pelo autuado, que o mesmo deixou de entregar os arquivos magnéticos como os Registros Tipo 54, 60 e 74, os quais constam as seguintes dados:

REGISTRO Tipo 54 – são consignadas as operações de entradas e saídas, identificando cada remetente e cada destinatário, além dos demais dados de cada nota fiscal. Foi instituído pela redação original com efeitos de 28.06.95 a 31.12.02, sendo apenas alterada a redação do campo 07, pelo Convênio ICMS 69/92.

REGISTRO Tipo 60 – Registro destinado a informar as operações e prestações realizadas com os documentos fiscais emitidos por equipamento emissor de cupom fiscal os quais são: Cupom Fiscal, Cupom Fiscal – PDV , Bilhete de Passagem Rodoviário (modelo 13), Bilhete de Passagem Aquaviário (modelo 14), Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem (modelo 15), Bilhete de Passagem Ferroviário (modelo 16) e Nota Fiscal de Venda a Consumidor (modelo 2);

REGISTRO Tipo 74 – são consignados os lançamentos constante do livro Registro de Inventário, foi instituído pelo Convênio ICMS 69/02, com efeitos a partir de 01.01.03, logo, não sendo possível exigir a apresentação do referido registro na presente lide. Entretanto, o valor do inventário não gerou qualquer implicação na apuração da base de cálculo da autuação, a qual foi apurada através da soma das operações de entradas e saídas de mercadorias.

A autuante ressaltou que ficou impossibilitada de aplicar o Roteiro de Auditoria de Estoque por falta da apresentação dos referidos arquivos, uma vez que o autuado exerce a atividade de supermercado.

Por sua vez o art. 708-B, do RICMS/97, determina que o contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético quando intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos. O arquivo magnético deverá ser entregue devidamente criptografado e validado eletronicamente por programa disponibilizado pela Secretaria da Fazenda, com todos os registros correspondentes às operações desenvolvidas pelo contribuinte, inclusive os dados referentes a itens de mercadoria.

Com comprovam as intimações acostados aos autos o autuado foi intimado mais de uma vez, tendo um prazo superior ao previsto na legislação para atender as intimações, entretanto não providenciou a entrega dos referidos arquivos, tendo declarado seria “praticamente impossível” entregar os referidos arquivos.

Nesta situação, determina o § 6º do art. 708-B, do RICMS/97:

“§ 6º A entrega de arquivo magnético em atendimento à intimação de que trata o caput deste artigo, fora das especificações e requisitos previstos no convênio ICMS 57/95, configura não fornecimento, estando o contribuinte sujeito à penalidade prevista na alínea "g" do inciso XIII-A do art. 915 deste regulamento.”

Logo, entendo que não resta qualquer dúvida quanto ao acerto do procedimento da autuante, ao aplicar a multa prevista no art. 42, XIII-A, “g”, da Lei n.º 7.014/96, pois trata de multa específica para situação em tela, não sendo possível qualquer redução na multa aplicada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110424.0005/06-0**, lavrado contra **CEREALISTA CASTRO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$142.577,90**, prevista no inciso XIII-A, alínea “g” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, conforme Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de outubro de 2006.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR